

## DESGARRADOS DA TERRA NO VALE DO GORUTUBA/MG: RELAÇÕES, PROCESSOS E MEMÓRIAS (1950-2016)

Auricharme Cardoso de Moura<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo versa sobre o processo de construção da barragem Bico da Pedra, em Janaúba, e sobre o Projeto de Irrigação do Gorutuba (PIG), no atual município de Nova Porteirinha, ambos localizados no Norte de Minas Gerais, no objetivo de compreender a constituição de uma nova hegemonia na região por intermédio da capitalização do campo. Os diversos documentos elencados (narrativas orais, jornais, revistas, relatórios produzidos por órgãos públicos, decretos judiciais e endereços eletrônicos) possibilitaram compreender memórias forjadas dialeticamente dentro do movimento histórico de embates e tensões envolvendo trabalhadores, agências governamentais e empresários rurais.

**Palavras-Chave:** Mundo dos trabalhadores; Vale do Gorutuba; Hegemonia; Memória.

### ASTRAY FROM THE LAND AT THE GORUTUBA VALLEY/MG: RELATIONS, PROCESSES AND MEMORIES (1950-2016)

**Abstract:** This article is about the process of the dam's construction Bico da Pedra in Janaúba, and the project of irrigation of Gorutuba (PIG), at the current municipality of Nova Porteirinha, both located in the North of Minas Gerais, with the aim of understanding the formation of a new hegemony in the region through the capitalization of the field. The various documents listed enabled to dialectically comprehend forged memories in the historic movement of conflicts and tensions involving workers, governmental agents and rural entrepreneurs.

**Keywords:** Workers' World; Gorutuba Valley; Hegemony; Memory.

---

\* Este artigo é uma síntese de capítulos da tese de doutorado intitulada *Política Desenvolvimentista e Mundo dos Trabalhadores: hegemonia e contra-hegemonia às margens do rio Gorutuba-MG (1950-2016)*, defendida no primeiro semestre de 2019, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dilma Andrade de Paula.

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Professor da Rede Estadual de Ensino em Tanhaçu/BA. E-mail: auri.historia@hotmail.com

## **Introdução: o sertão irrigado**

Na década de 1970 foram construídos, no Norte de Minas, os projetos Gorutuba (em Nova Porteirinha<sup>2</sup>), Pirapora (no município homônimo) e foi iniciado o projeto Jaíba (que abrange Jaíba e Matias Cardoso). Esses projetos, com exceção do Pirapora, estão inseridos na região do Médio São Francisco, sendo que o primeiro tem como fonte hídrica o rio Gorutuba e os demais o rio São Francisco. Entre 1971 e 1989, a superfície irrigada nortemineira saltou de 486 para 52.761 hectares, o que foi visto como indicativo de que o progresso estava triunfando diante de estruturas sociais e econômicas consideradas arcaicas (CODEVASF, 1990: 07).

A irrigação em regiões assoladas por longas estiagens, como o Norte de Minas e o Nordeste, foi divulgada pela imprensa, por políticos, empresários, engenheiros e técnicos agrícolas como solução para “combater a seca”. As promessas de geração de emprego e renda, aumento da produção e da produtividade agrícola, e criação de uma agropecuária moderna encontravam terreno fértil e aceitação social devido às condições climáticas e sociais existentes.

A barragem do Bico da Pedra era divulgada como a maior de toda a área mineira da Sudene<sup>3</sup> e uma das dez maiores do Nordeste, sendo que o represamento das águas do rio Gorutuba e o início das obras de irrigação prometiam transformar o Vale do Gorutuba<sup>4</sup> no “celeiro agrícola mais importante de todo o Estado” (MONTES CLAROS EM FOCO, 1979: 39).

### Imagem 01: Localização da Área de Estudo

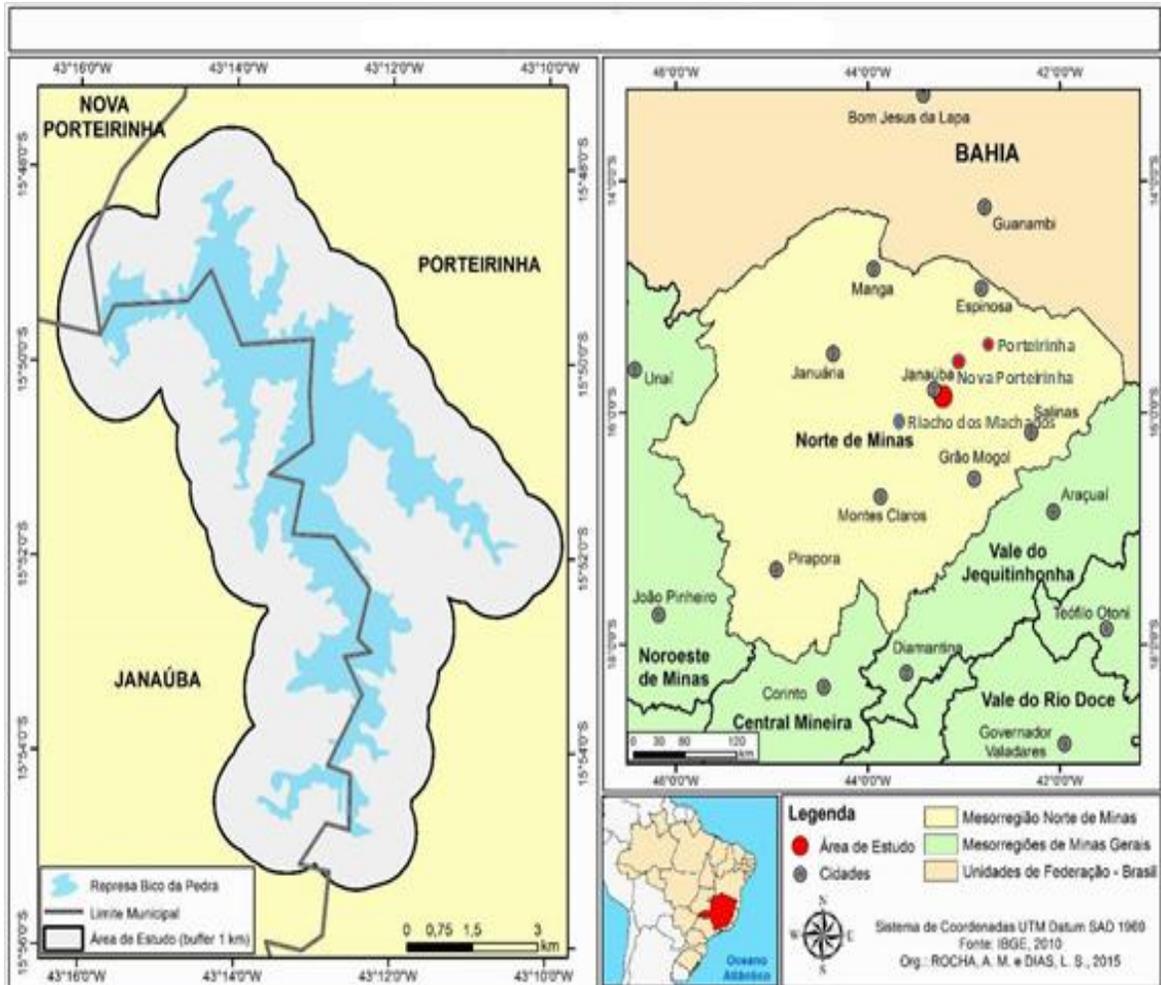
---

<sup>2</sup>Na época da construção do perímetro irrigado do Gorutuba, Nova Porteirinha era um distrito pertencente ao município de Porteirinha. Através da Lei nº 12.030, de 21/12/1995, Nova Porteirinha foi emancipada politicamente.

<sup>3</sup> Em 1959, data de criação da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), não constava que o Norte de Minas estaria incluída em sua área de atuação. Laurindo Mekie Pereira salienta que as relações entre as lideranças regionais e a cúpula da política mineira foram fundamentais para a inclusão da região na área de atuação da Superintendência (PEREIRA, 2007: 49-52).

<sup>4</sup>Vale do Gorutuba recebe este nome devido ao rio que corta a região homônima. O Vale abrange os municípios de Janaúba, Porteirinha, Nova Porteirinha e Riacho dos Machados.

DESGARRADOS DA TERRA NO VALE DO GORUTUBA/MG:  
RELAÇÕES, PROCESSOS E MEMÓRIAS (1950-2016)



Fonte: DIAS; LEITE; ROCHA, 2015: 228.

De acordo com o artigo 1º do Decreto nº 71.179, de 29 de setembro de 1972, assinado por Emílio Garrastazu Médici, os moradores/trabalhadores das áreas em que seriam construídas as chamadas bacia de irrigação (o projeto Gorutuba) e bacia hidráulica (a barragem do Bico da Pedra) deveriam ser desapropriados, uma vez que suas terras foram consideradas de interesse e segurança nacional:

Fica declarada de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno com 39.700 ha. (trinta e nove mil e setecentos hectares), dos quais 10.700 ha. (dez mil e setecentos hectares) compreendendo a bacia hidráulica do açude público Bico da Pedra e 29.000 ha. (vinte e nove mil hectares) abrangente do perímetro de Irrigação do Vale do Rio Gorutuba, necessária à implantação do Projeto de Irrigação do Vale do

Rio Gorutuba, nos Municípios de Janaúba e Porteirinha, Estado de Minas Gerais (BRASIL, 1972).

O direito, como elemento indispensável ao projeto hegemônico, deveria ser apresentado à opinião pública como universal, neutro e garantidor de benefícios coletivos, justamente estes pressupostos que estavam explícitos nos fundamentos do decreto expropriatório de 1972. A declaração de utilidade pública e interesse social procurava impor a determinados proprietários a perda de um bem tendo como finalidade o interesse superior da sociedade. Destarte, a desapropriação, supostamente visando ao bem comum em contrário ao interesse individual, constitui a única situação em que o Estado pode confrontar-se com o direito à propriedade particular que, desde a concepção liberal, é vista como algo inviolável e sagrado.

As expropriações efetivaram-se em duas etapas: de 1974 a 1976, a responsabilidade era do Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) e, posterior àquele período, a função seria da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Alto Parnaíba). A maioria dos desapropriados era composta por pequenos e médios produtores rurais<sup>5</sup> que sobreviviam da agricultura de subsistência, criação de animais, da pesca e prestação de serviços nas fazendas da região.

Foram desapropriadas, segundo a Codevasf (1977:06), 464 famílias em cada bacia. Contudo, este dado é questionado por alguns pesquisadores e entidades representativas dos pequenos agricultores. De acordo com Carlos Dayrell, “até 1980 foram desapropriadas cerca de 2.000 famílias da margem direita e da bacia de inundação para a execução do projeto Gorutuba” (DAYRELL, 1989: 16). Levantamentos realizados no início da década de 1980 pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg)<sup>6</sup> em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba<sup>7</sup> convergem para os números apresentados por Dayrell (O GORUTUBA, 1981: 01).

---

<sup>5</sup>De acordo com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), é considerada pequena propriedade o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais. Em Janaúba, um módulo fiscal corresponde a 50 hectares; em Porteirinha, um módulo fiscal corresponde a 65 hectares.

<sup>6</sup> A FETAEMG foi fundada em 27 de abril de 1968. A Federação iniciou suas atividades com uma equipe constituída por cinco advogados, que se baseou no Estatuto do Trabalhador Rural (questões trabalhistas) e no Estatuto da Terra (questões agrárias, inclusive parcerias) para prestar assistência jurídica. Cf. FETAEMG. *Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.fetaemg.org.br/site/>> Acesso: 23 novembro 2017.

O sindicato e outras entidades representativas dos trabalhadores atentaram para o fato de que o cadastro das entidades governamentais expropriadoras registrou apenas o inventariante, não levando em consideração que em uma única propriedade poderia haver várias famílias, a exemplo dos filhos casados que viviam com os pais, os parceiros, arrendatários, posseiros e agregados. Estes sujeitos também foram atingidos pela construção da barragem e pelo PIG, contudo não receberam nenhum tipo de indenização por não terem seus nomes nos inventários ou registros dos imóveis. Compreendemos, pois, que a definição de “atingido” não pode se limitar apenas àquelas pessoas consideradas proprietárias da terra, uma vez que, direta ou indiretamente, centenas de outros sujeitos também tiveram seus direitos negados e formas de vida e trabalho alteradas.

### **De polígono das secas a polígono irrigado: sentidos da terra, construções identitárias e hegemonia cultural**

Os produtores rurais apareciam nos relatórios das agências governamentais apenas como “questão social” que deveria ser resolvida rapidamente para que as expectativas de frações da classe dominante para a região não fossem frustradas. São homens e mulheres descendentes de posseiros, agregados, parceiros e arrendatários que foram se fixando na região desde o século XVI e, de modo mais concentrado, a partir da primeira metade do século XX com as oportunidades de trabalho e conquista de terras que foram surgindo com a construção da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB).

Os entrevistados<sup>8</sup> exerciam diversas atividades laborais, como a fabricação de farinha, rapadura, caça e pesca, produção de alimentos para subsistência ou de algodão e mamona para venda. Eles se apresentaram como produtores rurais, lavradores, trabalhadores, pequenos proprietários e/ou como “fracos”, entendido como sinônimo de

---

<sup>7</sup> O Decreto n.º. 83.187, de 19\2\1979, assinado por Ernesto Geisel, salientava, entre outros pontos, que uma área 19 mil hectares do lado esquerdo do rio Gorutuba, no município de Janaúba, era declarada de utilidade pública e interesse social devendo ser desapropriada para continuidade do PIG. Neste contexto, foi fundado, em 29 de março de 1980, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba com o propósito de impedir novas expropriações que, segundo levantamento realizado por sua diretoria, atingiriam 1050 famílias, totalizando 7.135 pessoas (MOURA, 2019).

<sup>8</sup> Realizamos 31 entrevistas com pequenos e médios produtores rurais, que, para esta publicação, aparecem apenas com o primeiro nome. Utilizamos, a partir de considerações tecidas por Portelli, as narrativas mais representativas, aquelas que abriram e delinearam maiores possibilidades para compreensão do movimento histórico-social a partir de subjetividades socialmente compartilhadas (PORTELLI, 1996).

pobres, uma vez que constantemente se comparavam aos fazendeiros que são tidos como “grandes” ou “fortes”. Contudo, o termo “fraco” indica, mesmo de forma limitada, uma consciência da desigualdade existente e pertencimento a determinado grupo social.

Com as desapropriações, ocorre a passagem de produtores rurais pobres a miseráveis: pessoas que viviam em uma situação material precária, contudo tinham uma terra para plantar e colher, são expulsas do campo recebendo apenas um valor irrisório pela propriedade que não era suficiente para recomeçarem a vida em outro lugar. Sair do espaço rural sem direitos e sem perspectivas criava um sentimento de revolta diante dos anos de trabalho investidos na terra e pelas relações sociais que estavam sendo abruptamente rompidas.

As indenizações foram definidas pelos entrevistados como “mixaria” ou “miséria”, uma vez que não corresponderam às suas expectativas. Mesmo que a legislação considerasse que as desapropriações não poderiam afetar o patrimônio do expropriado, trazendo-lhe qualquer diminuição, os sujeitos narram que houve uma subavaliação e espoliação de suas propriedades.

O projeto de “Brasil grande” do regime militar fez com que diversas propriedades fossem consideradas de interesse nacional. Contudo, a lei não dizia respeito às formas e critérios que deveriam nortear as ações dos órgãos expropriadores, o que acabou gerando margem para que os documentos exigidos para pagamento aos expropriados de uma região fossem diferentes de outras. No Vale do Gorutuba, uma reportagem do jornal *O Gorutuba*<sup>9</sup> dizia que

Com a finalidade de dar condições aos expropriados residentes no local onde está sendo construída a Barragem do “Bico da Pedra” de desocuparem a área desapropriada, o Perímetro de Irrigação do Vale do Gorutuba, através do Dr. Roberto Mauro Amaral, promoveu gestões junto a 4ª Diretoria Regional do DNOCS, no sentido de que as benfeitorias existentes nas áreas a serem desocupadas fossem pagas separadamente da terra nua, uma vez que a maioria dos expropriados não têm a documentação necessária para a transferência de domínio, legalizada.

---

<sup>9</sup>O jornal “*O Gorutuba*” foi criado em 14 de fevereiro de 1965 por José Everaldo de Menezes, Orlando Antunes e José Maria Bicalho Brandão (conhecido por Bicalho Brandão) que exerceriam, respectivamente, as funções de secretário, gerente e diretor. Após a morte de Bicalho Brandão, em 1974, a direção do jornal foi assumida por seu filho Raimundo Brandão e circulou até 1987, ano em que a gráfica foi vendida para um advogado e empresário de Janaúba. O noticiário manteve-se como porta-voz de frações da classe dominante que defendiam projetos tidos como desenvolvimentistas para o Norte de Minas, em especial para o Vale do Gorutuba.

DESGARRADOS DA TERRA NO VALE DO GORUTUBA/MG:  
RELAÇÕES, PROCESSOS E MEMÓRIAS (1950-2016)

Esclarecemos, entretanto, que encontram-se devidamente empenhadas as importâncias relativas à terra nua de cada expropriado e para o recebimento, torna-se necessário a apresentação dos seguintes documentos:

- 01- Escritura pública ou particular do imóvel ou formal de partilha, etc.;
- 02- Certidão atualizada do Registro do Imóvel;
- 03- Certidão negativa de dívidas para com o Imposto de Renda;
- 04- Certidão de casamento quando for o caso;
- 05- Título de Eleitor;
- 06- Certificado de quitação junto ao INCRA;
- 07- Certidão negativa de ônus sobre o imóvel;
- 08- Certidão de quitação com o Funrural.

No caso de espólios, torna-se imprescindível que seja requerido o competente arrolamento (O GORUTUBA, 1977: 02).

Todas as exigências acima constituíam obstáculos para que os produtores rurais recebessem uma indenização considerada “justa”. Como o Ato Institucional nº 9, de 25 de abril de 1969, suprimia, nos casos de desapropriação por interesse social, a exigência de prévia indenização, os expropriados saíam da terra sem a garantia, por parte do órgão expropriador, de quando e quanto receberiam. Na maioria dos casos os pagamentos foram realizados alguns meses após a saída da terra.

Sendo o direito cartorial alheio à realidade dos pequenos agricultores, a maioria recebeu apenas pelas benfeitorias e não pela “terra nua”, um valor considerado irrisório que não foi suficiente para eles adquirirem outras terras na região, diante da especulação imobiliária em curso ocasionada pelos investimentos e infraestrutura que estava sendo construída.

Os produtores tinham que assinar o chamado Laudo de Avaliação e o Termo de Ajuste se comprometendo, entre outras determinações, a transferir o domínio e a posse da terra para o órgão expropriador e a sair da propriedade no tempo máximo de um mês. Durante este período era emitida uma ordem de pagamento ao expropriado, no Banco do Brasil, Agência de Janaúba, onde eles poderiam receber o valor das indenizações.

Um preço justo passava, segundo os entrevistados, pela realização de reuniões onde eles fossem ouvidos e que o dinheiro pago lhes permitisse comprar terras ou residências em outros lugares. Os valores de cada benfeitoria já estavam previamente estabelecidos em planilhas elaboradas no escritório das empresas, procurando impedir e/ou dificultar qualquer questionamento ou tentativa de negociação por parte dos produtores rurais.

O custo econômico das desapropriações não foi alto devido ao fato de que a maioria dos produtores rurais não tinha todos os documentos exigidos e suas benfeitorias eram consideradas baratas por serem, em sua maioria, simples e/ou precárias. De acordo com relatórios da Codevasf (1978: 04), na construção da Barragem do Bico da Pedra, o Governo Federal investiu cerca de 130 milhões de cruzeiros e na implantação do Projeto de Irrigação do Gorutuba, margem direita, mais 200 milhões. Como os gastos com as desapropriações foram de quase Cr\$ 28 milhões, conclui-se que a “questão social” correspondeu apenas a 8,84% do orçamento total para a viabilizar a agricultura irrigada na região.

Os valores pagos a cada benfeitoria variavam segundo o tipo de solo (com ou sem condições para irrigação), casa (de adobe, tijolo ou taipa), piso (de tijolo, terra batida, ladrilho ou cimento), cerca (de arame ou pedra), e demais benfeitorias existentes como plantações, currais, pocilgas, cancelas, etc., ou seja, a finalidade posterior determinou o valor a ser pago à propriedade, um critério completamente alheio à lógica vivida na região. Avaliavam-se as propriedades tão somente pelo fator econômico e não como inerentes aos modos de vida e essenciais à subsistência dos trabalhadores.

A forma unilateral como foram definidos os valores das indenizações gerou, entre os produtores rurais, o sentimento de que foram duplamente espoliados. Além de perderem a terra, o pagamento irrisório pelas suas benfeitorias fez com que eles entendessem que houve um total descaso dos órgãos governamentais por suas vidas, experiências e valores. Sem nenhuma lei que os amparasse após as expropriações, os trabalhadores de Janaúba e Porteirinha se viram diante de um aparelho jurídico-político-militar que se mostrava insensível aos seus apelos sentimentais e morais na busca pela legitimação e posse territorial.

Uma estratégia usada pelos órgãos expropriadores para impedir a mobilização social dos proprietários rurais foi, além da sonegação de informações, a busca por negociações individuais<sup>10</sup>. Estes sujeitos eram convocados para reuniões com o setor jurídico do Dnocs ou da Codevasf na cidade de Janaúba, um local distante de suas residências e onde eles se sentiam estranhos, isolados e impotentes.

---

<sup>10</sup> Esta estratégia de negociação individual foi usada por diversos aparelhos de Estado responsáveis por desapropriações durante o governo militar com o objetivo de impedir, ou dificultar, discussões e debates que pudessem levar a organizações coletivas (VAINER; ARAÚJO, 1990).

A responsável pelos pagamentos era a advogada da Codevasf. Os entrevistados a definem como uma mulher insensível e arbitrária que atuava por todos os meios, legais ou não, para garantir que as desapropriações ocorressem. De acordo com Juvência,

A advogada da Codevasf ameaçava o povo, porque muitos ficava escorando para não assinar, pra não receber aquilo que ela queria pagar, aí ela falava assim: ó, se cês não assinar eu cancelo seus pagamento, aí muitos assinaram pra receber uma mixaria. Era a advogada que ajeitava os papel tudo pro povo assinar, mas orientada pelos grandes da Codevasf. O povo tudo xinga ela, falou que quando ela morrer ela vai pro inferno porque ela roubou o povo (JUVÊNCIA, 2016).

Juvência nasceu em 1934, na comunidade rural de Ceará (Porteirinha). Após perder os 25 hectares de terras devido às desapropriações, migrou para Goiás, permanecendo naquele Estado por pouco tempo, pois, segundo ela, “não deu certo eu trabalhar de empregado, porque eu nunca tinha trabalhado de empregado.” No ano de 1984 foi selecionada para morar em uma propriedade de 10 hectares em uma das colonizações criadas pela Codevasf nas terras que outrora pertenciam aos expropriados.

Juvência salientou que a advogada ameaçava cancelar os pagamentos dos agricultores caso eles se recusassem a assinar o laudo e o termo de ajuste, fazendo com que, diante do medo, pressões e intimidações, eles aceitassem o valor das indenizações, pois, caso contrário, corriam o risco de “ficar sem nada”.

Nas entrevistas com os atingidos foi possível compreender que eles interpretam as benfeitorias como elementos que possuíam um valor monetário, diferentemente do direito à terra. O direito, por solidificar-se em aspectos subjetivos, imateriais e simbólicos, ultrapassa o valor da benfeitoria, que é objetivo, visível e abrange prioritariamente a economia.

Esta distinção entre direito e benfeitoria é de fundamental importância para se entender o conflito entre agricultores e agentes de Estado no Vale do Gorutuba. Apesar de muitas vezes as benfeitorias aparecerem em primeiro plano, a luta é por um direito que não é negociável. Se a noção de pertencimento do produtor rural estivesse solidificada nas benfeitorias e não no direito à propriedade, o conflito seria resolvido simplesmente com o aumento das indenizações. A terra, ao ser convertida e avaliada apenas como

mercadoria/valor de troca, é colocada somente como elemento de acumulação e reprodução do capital, negligenciando os interesses e demandas dos trabalhadores.

As expropriações representaram para os produtores rurais a destruição de formas de sobrevivência construídas ao longo de anos que não puderam ser refeitas em outros lugares. A igreja, o engenho de cana, a fábrica de farinha, o rio, as plantações, a criação de animais, a casa e as relações sociais eram patrimônios materiais e culturais que foram destruídos e não podiam ser ressarcidos pelo valor monetário oferecido por meio das indenizações. Como reconstruir tais patrimônios em lugares incertos? Os trabalhadores iriam usufruir das benesses e promessas de progresso usadas para justificar as expropriações? Eram perguntas que permaneciam na mente dos sujeitos e não poderiam ficar muito tempo sem respostas.

Para os órgãos governamentais responsáveis pelas expropriações, a “questão social” tinha sido resolvida no momento em que os sujeitos foram expulsos de suas propriedades, não existindo nenhum projeto de reassentamento no campo ou na cidade. Tais entidades se eximiram de solucionar quaisquer tipos de problemas ou situações dos desapropriados com a justificativa que tinham como função legal apenas pagar as indenizações.

Obrigados a abandonar o patrimônio material, social e cultural construído ao longo do tempo, os trabalhadores enfrentaram várias dificuldades para se integrar a novos espaços e atividades produtivas. As narrativas indicam que famílias inteiras perambulavam pela região gorutubana sem dinheiro, bens ou perspectiva de retorno ao campo. Eram crianças, idosos, homens e mulheres que se submeteram a formas diversas de vida e trabalho, algumas delas cruéis e degradantes. Como os recursos financeiros muitas vezes eram insuficientes, algumas famílias foram morar “de favor” nas residências de parentes e amigos, outras procuraram emprego nas fazendas da região e algumas migraram para os grandes centros urbanos, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Diante da realidade adversa, o Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba e a Fetaemg empreenderam diversas ações no intuito de garantir direitos aos produtores rurais desapropriados. Após uma reunião ocorrida em 1984, em uma praça de Janaúba, com a participação de representantes de diversos sindicatos do Norte de Minas, Fetaemg e Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), o sindicato local enviou cópias da ata ao prefeito daquela cidade e à Assembleia Legislativa de Minas Gerais para que os deputados estaduais tomassem conhecimento das lutas travadas na região. Naquele

documento constavam, entre outras reivindicações, a exigência de que a Codevasf reassentasse nas terras da margem direita, em lotes de 10 hectares, as famílias prejudicadas pela desapropriação e o pagamento imediato do valor referente à desapropriação (O GORUTUBA, 1984: 01).

Mesmo que a imprensa local procurasse atribuir a distribuição de terras como resultado da benevolência de agentes e agências governamentais, a exemplo de uma manchete que dizia “Codevasf pode dar terras para expropriados” (O GORUTUBA, 1985: 01), quando se cogitou a liberação de 50 hectares de terras para assentamento das famílias desapropriadas, entendemos que a abertura de diálogo quanto à possibilidade de assentamentos para expropriados foi uma conquista e não um favor ou concessão, fruto de muitos anos de lutas e pressões por parte dos trabalhadores e de suas entidades representativas.

Esta dialética envolvendo instituições diversas evidencia como a política agrícola e agrária estava aberta a contestações e mudanças. O Estado aparece, pois, como terreno de luta de classes onde os processos sociais não são unívocos, para além de um mero instrumento a serviço da classe dominante. O Estado, em sua concepção ampliada/integral, é atravessado pela luta de hegemonia em que a classe subalterna luta para manter sua própria autonomia e, às vezes, construir sua própria hegemonia (LIGUORI, 2017: 263). Pensá-lo como relação social significa observar que as fronteiras entre classes subalternas e classes dominantes não são rígidas ou impermeáveis, mas estão abertas a contestações e mudanças de acordo com as tensões e movimentações da sociedade.

Foram distribuídos, segundo a própria autarquia, 391 lotes em um total de 11 colonizações, conforme se observa abaixo.

Tabela I: Relação de Ocupantes do Perímetro Irrigado do Gorutuba por Número de Irrigantes. Ano de Implantação. Área Irrigável (ha).

PROJETO	COLONOS	ANO DE IMPLANTAÇÃO	ÁREA IRRIGÁVEL	ÁREA SEQUEIRO	TOTAL
Colonização I	88	1978	719,42	222,80	942,22
Colonização II	50	1982	352,66	94,27	446,93
Colonização III	54	1983	375,05	129,08	504,13
Colonização Matinha	13	1986	79,51	9,72	89,23
Col. Beira Rio	10	1987	70,64	9,20	79,84
Colonização Carafbas	11	1986	63,07	54,85	117,92
Col. Bico da Pedra	16	1986	64,89	11,26	76,15

Col. Mosquito	14	1987	73,68	58,02	131,70
Col. Algodões	19	1987	123,79	22,74	146,53
Col. Banavit	114	1987	685,89	266,15	952,04
Col. Nordeste	02	-----	11,20	0,00	11,20
SUBTOTAL	391	-----	2.619,80	878,09	3.497,89
EMPRESÁRIOS	45	1978	2.275,28	1.461,02	3.736,30
<b>TOTAL</b>	<b>436</b>		<b>4.895,08</b>	<b>2.339,11</b>	<b>7.234,19</b>

Fonte: VIEIRA, 2003: 40.

Muitas pessoas fizeram inscrição na Codevasf pleiteando um lote irrigado, todavia os critérios usados pela autarquia eliminaram a maioria dos candidatos. Desde as primeiras colonizações, a seleção beneficiava os adultos com boa saúde e com perfil empresarial, o que estaria de acordo com os pressupostos estabelecidos de modernização do campo.

A maioria dos assentamentos ocorreu após 1985, ou seja, mais de cinco anos após as desapropriações. Este lapso temporal fez com que as informações sobre seleção e distribuição de terras irrigadas não chegassem a muitos desapropriados, principalmente aqueles que mudaram para outras regiões, ou fossem recebidas com ceticismo e desconfiança pelos que viviam no Vale do Gorutuba.

Foram desapropriados 8.130 hectares na margem direita, tendo sido usados 7.234 para assentamentos, com a maior parte (3.736) sendo destinados a empresários e empresas, como a Brasil Tropical Alimentícia-Banavit, Uvas do Vale do Gorutuba S/A-UVALE, e ARTEX, S/A, fábrica de artefatos. A agricultura irrigada não alterou a estrutura fundiária da região, uma vez que causou uma reforma agrária às avessas ao retirar terras de populações camponesas e cedê-las aos grandes produtores, muitos deles oriundos de outros Estados e até mesmo países<sup>11</sup>.

O assentamento de “colonos” e empresários seguiu as normas do Decreto nº 89.496/84, que regulamentou a Política Nacional de Irrigação (BRASIL, 1984). Aos primeiros era realizado um contrato de compra e venda, no prazo de vinte anos, a contar da data da assinatura. Existia um prazo de carência de dois anos, sendo os juros anuais de até 6% sobre o saldo devedor. Outra cláusula que constava no contrato era a proibição de

<sup>11</sup> Entre os empresários estrangeiros que adquiriram terras na região do Vale do Gorutuba, destaca-se o japonês Yuji Yamada que, em 1981, instalou sua empresa, a Brasnica Frutas Tropicais, no município de Janaúba, sendo considerada atualmente como uma das maiores produtoras de banana do país. Yuji é filiado ao Sindicato dos Produtores Rurais de Janaúba e foi prefeito desta cidade entre os anos de 2013 e 2016. Cf. BRASNICA. **História**. Disponível em <<http://www.brasnica.com.br/a-historia>>. Acesso em: 3 fevereiro 2018.

venda do lote a terceiros nos cinco primeiros anos de ocupação, sendo que, caso o ocupante decidisse pela venda, a preferência seria da Codevasf. Já os empresários interessados nos lotes irrigados deveriam apresentar um projeto técnico de exploração agrícola que, caso aprovado, era seguido da assinatura de um contrato de arrendamento rural com prazo de cinco anos e, posteriormente, a compra poderia ser realizada.

Como muitos produtores não conseguiram pagar todas as parcelas e taxas, atualmente possuem apenas um “direito de ocupação” que pode ser suspenso pela autarquia. Como os custos de manutenção do lote (adubos, agrotóxicos, água e energia) e da família (alimentação, calçados, vestuário, etc.) são elevados, existe uma grande rotatividade de proprietários rurais no PIG.

Nas primeiras colonizações, a Codevasf construiu núcleos urbanos constituídos de alguns serviços básicos (comércios, postos de saúde, escolas) e residências. Os assentados deveriam morar nestes núcleos e se deslocar até a propriedade para realizar os serviços agrícolas e depois retornar para suas casas. Muitos não concordaram com esta separação entre o lugar de trabalho e o lugar de moradia e construíram suas casas na terra conquistada. Segundo Odilon,

eu tirei uma casa na Colonização III, mas aí eu vendi e fiz essa aqui na roça. Eles deu a casa no povoado pra gente trabalhar na roça, mas era longe demais pra nós ir e vim todo dia, era cinco, seis quilômetros todo dia. Aí a Codevasf liberou nós vender a casa no povoado e fazer na área e foi isso que eu fiz. Eu morei lá uns dois anos, mas não dava que era longe demais e eu vinha de bicicleta. E os menino meu era pequeno, não dava pra vim pra cá. Quando eu vim pra cá eles já pôs lotação (ônibus) e aí já ficou bom. Aí eu vendi lá e fiz uma casinha aqui, essa aqui é de tijolo. A gente tem que morar em cima da terra que a gente trabalha. A maioria do povo que tinha casa lá tudo vendeu e fez na roça (ODILON, 2016, grifos nossos).

Odilon nasceu em 1939 em Taquaril (comunidade rural de Janaúba), é viúvo e pai de sete filhos. Após o casamento e a compra de uma terra própria, em 1973, Odilon trabalhou em sua pequena roça e realizou serviços como diarista nas fazendas da região, atividades que eram conciliadas com a ajuda aos pais e aos sete irmãos na propriedade familiar. Em seus sete alqueires de terras<sup>12</sup>, ele plantava alimentos para subsistência

---

<sup>12</sup> Em Minas Gerais, um alqueire corresponde a 4,84 hectares.

(principalmente milho, mandioca, arroz e feijão), criava animais (porcos, galinhas e umas poucas “cabeças” de gado) e produzia algodão para a venda. Quatro anos após adquirir a sua propriedade, o entrevistado foi desapropriado, assim como toda a sua família que vivia na comunidade mencionada. Desde 1986 reside como assentado em um lote de cinco hectares em uma das colonizações criadas pela Codevasf, contudo possui apenas um “direito de ocupação” e não a escritura da terra.

Inconformado com a política “de cima pra baixo” conduzida pela Codevasf, Odilon procurou, e foi autorizado pela autarquia, redefinir o espaço segundo suas demandas imediatas e concepção de que deveria “morar em cima da terra que trabalha.” O interesse dos órgãos governamentais era que os assentados utilizassem a terra tão somente para produção agrícola, entretanto eles traziam uma cultura residual que significava a terra não apenas como lugar de trabalho, mas também como espaço de moradia, lazer, convivência familiar, religiosidade e sociabilidades diversas.

Logo nos primeiros dias como “colonos”, os produtores rurais compreenderam que certos costumes e tradições não poderiam ser reproduzidos nos lotes irrigados. Como as áreas foram distribuídas de forma aleatória, houve o distanciamento de vizinhos e parentes que antes tinham terras próximas; a água era distribuída diretamente aos lotes através de canais e bicas, impedindo formas de lazer e sociabilidades como ocorriam quando se encontravam às margens do rio Gorutuba; o acesso a este bem passou a ser pago e com restrições; o tamanho do lote impedia ou dificultava a criação de gado e porcos; a circulação de animais não poderia ser livre devido a possibilidade de danificar a produção alheia; o trabalho não poderia ser orientado pela realização de tarefas onde existia um controle do tempo e cuidava-se do que era considerado como uma necessidade.

A dinâmica e o planejamento dos assentamentos nos perímetros irrigados da Codevasf e do Dnocs estão voltados para o desenvolvimento de uma agricultura competitiva, tecnológica e integrada aos grandes mercados mundiais. O sujeito é tido apenas como “*homo economicus*” que deve cumprir normas e regras para atingir as metas produtivas ao final de cada safra.

Após o assentamento, todos os produtores receberam e assinaram a denominada “autorização de ocupação” que detalhava os direitos e deveres tanto do “colono” quanto da Codevasf. Entre suas cláusulas principais, destacam-se:

Obriga-se o ocupante a:

- 1.1- Residir na área do Projeto ou de sua influência imediata;
- 1.2- Adotar medidas práticas recomendadas para uso da água, utilização e conservação do solo;
- 1.3- Explorar direta e integralmente a área sob sua responsabilidade, tanto na parte irrigável quanto na de sequeiro, utilizando ou não de modo eventual, o auxílio de terceiros e segundo orientação técnica;
- 1.4- Permitir a fiscalização de suas atividades pela administração da CODEVASF, ou quem por ela indicada, prestando todas as informações solicitadas;
- 1.5- Proporcionar facilidades à execução dos trabalhos necessários ou úteis à conservação, aplicação ou modificação das obras e instalações de irrigação, sempre que visarem a melhoria da produção, da produtividade e da exploração;
- 1.6- Adequar o cultivo do lote familiar ao plano de irrigação geral, estabelecido para o Projeto;
- 1.7- Operar, com diligência e de acordo com a destinação previamente estabelecida e atividades recomendadas o lote familiar, inclusive conservar e manter as benfeitorias internas nele existentes;
- 1.8- Não alterar o sistema de funcionamento dos canais de irrigação, nem utilizar meios irregulares para aumentar a sua quota de água;
- 1.9- Pagar a tarifa de água, nas épocas apropriadas e nos valores estabelecidos, desde que corretas;
- 1.10- Não transferir em nenhuma hipótese, sem anuência da CODEVASF, a presente AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO a terceiros sendo isso caracterização sumária de má fé (CODEVASF, 1986: 01-02).

Os agricultores deveriam se enquadrar a um projeto homogêneo de vida, trabalho e desenvolvimento que limitava autonomias e liberdades individuais, alimentando novas e antigas formas de dominação e subordinação no Vale do Gorutuba. A reforma intelectual e moral realizava-se a partir da reprodução, por parte de agentes governamentais, de dicotomias como arcaico/moderno e primitivo/desenvolvido, compreendidas como estratégias para criar uma nova identidade e “tipo ideal” de produtor rural.

Gramsci salienta que o processo de constituição da hegemonia por determinada classe envolve construir um projeto global de sociedade a ser incorporado e aceito pelos seus membros, o que requer uma “reforma intelectual e moral” dos trabalhadores (GRAMSCI, 2006: 104). O processo hegemônico ocorreria, pois, quando a concepção de mundo, valores e comportamentos de um determinado grupo fosse acolhida, penetrada e propalada por outros grupos como sendo um horizonte e uma expectativa a serem alcançados e, no limite, entendidos como uma conquista.

No processo de construção da hegemonia, o Estado atuava como agente socializador de valores, visões de mundo, significados e costumes compreendidos como progressistas e civilizados. Quando se determina que o ocupante deveria produzir e trabalhar “segundo orientação técnica” e “de acordo com a destinação previamente estabelecida e recomendada” no “plano de irrigação geral” objetivando a “melhoria da produção, da produtividade e da exploração” existe a intenção de transformar um projeto da classe dominante em consenso social. A universalidade/socialização sempre coincide com um ponto de vista particular de movimentos que procuram monopolizar uma verdade coletiva, origem última de toda a violência simbólica, e construir a noção de cidadania a partir de uma exclusão prévia de sujeitos e instituições que não incorporem ou aceitem o que era/é proposto como senso comum e visão legítima a ser seguida (MENDONÇA, 1996).

O colono representaria a morte do produtor rural tradicional e o nascimento do moderno produtor capitalista. Este processo, comum a todos os perímetros irrigados do Brasil, envolve a busca por um consentimento do assentado em incorporar o modelo social, econômico e tecnológico formulado pelo corpo técnico dos órgãos governamentais. O projeto de hegemonia procurava interferir em todas as dimensões da vida humana, procurando reeducá-los para um novo aprendizado e comportamento.

Para sobreviver em um contexto de modernização e capitalização do campo, os trabalhadores passaram a disputar um lugar no mercado, usar novas tecnologias e muitas vezes incorporar princípios individualistas e de concorrência, ou seja, a sobrevivência estava atrelada à participação e integração ao sistema capitalista. Dentro desta nova dinâmica social e econômica, o trabalho ganhava novo sentido e significado

Auricharme: como era o trabalho na área irrigada?

Delci: a dedicação era muito grande, era o dia inteiro, parte da noite. Tinha sempre que cuidar da água, não tinha dia certo nem tempo certo. Pra quem era habituado a descansar no domingo e nos feriados, até por questões religiosas, e aí não pôde mais obedecer a esses termos, teve que ignorar os dias de feriado para dar atenção à lavoura porque era um empreendimento bem novo, bem diferente. O trabalho era muito mais exigente porque a gente trabalhava como se fosse empregados de uma empresa, a necessidade fazia isso. As horas extras, os descansos eram às vezes adiados e muitas vezes a gente até desanimava com aquela correria. O sistema de irrigação era de aspersor que tinha que trocar, trocar a irrigação de um lugar para outro, levar e trazer, não era uma rede fixa como é hoje (DELICI, 2016).

Delci, 58 anos, solteiro e natural da comunidade de Lagoa dos Bois (Porteirinha) morou com os pais e oito irmãos em uma propriedade de dezesseis alqueires até a década de 1970, época em que ocorreram as desapropriações. Com o anúncio da perda da terra, foi para Belo Horizonte, onde permaneceu oito anos, e ali concluiu o ensino médio e iniciou o seminário, não finalizado, e trabalhou como vigilante e policial militar. Na década de 1980, retornou para Janaúba onde passou a morar e trabalhar com dois irmãos que foram assentados em uma das colonizações da Codevasf e, após ser aprovado no concurso da prefeitura, passou a exercer o cargo de bibliotecário.

A expropriação de terras camponesas constituiu o primeiro aspecto da acumulação capitalista, sendo que o processo de expropriação se repete continuamente na vida social e cultural dos sujeitos. Neste sentido, a própria ideia de “perímetro” remete a circunscrição e contornos delimitados, se aplicando não apenas ao seu aspecto geográfico.

Dentro do processo de constituição da hegemonia, a Codevasf criou uma espécie de “pedagogia da vanguarda” com o objetivo de destacar exemplos de colonos e de famílias a serem seguidos dentro do PIG<sup>13</sup>. Logo no primeiro artigo da Política Nacional de Irrigação determinava-se a “instituição de prêmios, pelo Ministério do Interior, visando estimular a produção e a produtividade agropecuária e agroindustrial nas regiões irrigadas” (BRASIL, 1979). Os agentes governamentais precisariam agir como “educadores” na criação de um ambiente de racionalização e eficiência produtiva de acordo com planos e metas já estipulados, sendo que, para isso, era fundamental a criação de novos consensos e não deixar que a vida nos perímetros irrigados fluísse de forma casual e espontânea. A premiação de produtores que colhiam as maiores safras agrícolas (O GORUTUBA, 1982: 01), comemorações do “dia do colono” (O GORUTUBA, 1983: 07) e realização de concursos para eleger a “família modelo” (O GORUTUBA, 1983: 07) faziam parte das atividades da autarquia que procuravam difundir a eficiência, produtividade e inovação como valores a serem compartilhados socialmente.

As reportagens do jornal *O Gorutuba* celebrando o “Dia do Colono” procuravam reforçar a imagem de que todos eram partícipes do crescimento e sucesso do PIG, o que

---

<sup>13</sup> O Estado, na concepção de Gramsci, deve ser concebido como “educador” na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. Para isso, premiam-se as atividades consideradas louváveis e meritocráticas ao mesmo tempo que se punem as atividades criminosas (GRAMSCI, 2007:28-29).

também era evidenciado nos discursos das autoridades políticas presentes. De acordo com Delci, os produtores rurais participavam efetivamente das festividades promovidas pela Codevasf:

eu cheguei a ver um premiado por produção de tomate e um por produção de feijão por hectare. Nestas ocasiões tinha churrasco e festividades organizadas pela Codevasf, primeiro em uma colonização e depois nas outras. Nestas festividades reunia muita gente e o colono era bem recebido, ele se sentia bem valorizado, ele era o alvo da festa, então ele se sentia bastante à vontade pra comer e pra beber, pra cantar e dançar e fazer o que ele quisesse.

Auricharme: essas premiações ocorriam quando?

Delci: haviam cerimônias que normalmente eram feitas quando vinham uma autoridade política, existiam palanques para pronunciamentos políticos.

Auricharme: quais eram os tipos de premiações?

Delci: um foi premiado com uma moto, outro foi premiado com uma tevê a cores que era uma coisa muito rara na época, o que eu sei foram esses (DELICI, 2016).

A Codevasf procurou constituir o Dia do Colono como um “lugar de memória” no sentido de possuir efeitos materiais, simbólicos e funcionais junto à população (NORA, 1993:21-22). De tanto ser falado, repetido, celebrado e lembrado, o termo “colono” passou a ser naturalizado e tratado como uma categoria superior de produtor rural por viver em um lote irrigado, diferente daqueles “tradicionais” que viviam em terras de sequeiro.

O Dia do Colono procura ser uma referência e memória de saudosismo e expectativas, ou seja, articula passado e futuro no objetivo de vangloriar a ação de pessoas que responderam ao chamado de ocupar, explorar e desenvolver a terra. A comemoração deste dia reforça e propaga uma memória única que procura criar homenagens, folclorizações e harmonizações no intuito de bloquear a criação de diferentes interpretações acerca da natureza e da realidade histórica.

A nova ordem social e produtiva criada pela modernização agrícola tinha como uma das bases a ideia de meritocracia e concorrência a partir de uma seleção, dada como natural, em que os produtores considerados menos capazes e aptos para sobreviver dentro das regras do mercado seriam excluídos. Os “colonos/ocupantes” deveriam sempre atingir as metas propostas já que a Codevasf tomava como possível todos produzirem determinada quantidade de alimentos segundo a referência dada pelo produtor que se destacou como “o

melhor”. Estas novas exigências e o sentimento de insegurança quanto à permanência na terra faziam com que as famílias cumprissem uma extensa carga de trabalho diário, muitas vezes tendo como referência a filha predileta do conceito de meritocracia, a ideia de superação.

A denominação colono/colonização procurava impedir que os sujeitos se reconhecessem enquanto classe social, mas que vivessem como indivíduos autônomos responsáveis pelo seu próprio sucesso. Antes de ser material e simbólico, o conceito de colono é político e atua de forma a desacreditar em uma ascensão social fora das regras do mercado.

### **Fissuras, alternativas e limites do processo hegemônico**

Com a criação do Movimento dos Atingidos por Barragens-Regional Nova Porteirinha, em 2010, manifestações e negociações vêm ocorrendo no sentido de garantir direitos aos desapropriados. Em sua narrativa, Joana, 56 anos, aposentada, casada e moradora da Colonização III, em Nova Porteirinha, salientou que o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) de Nova Porteirinha se articulou com o MAB nacional, o que possibilitou unificar as lutas e conhecer novos lugares e pessoas

Auricharme: como a senhora entrou no MAB?

Joana: fui convidada pela Edinalza. Aqui na Colonização III eu e a Cida (sua vizinha) participamos do MAB. Já fizemos viagem para Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, tudo nós fomos. O ônibus pegava gente daqui, de outras colonizações, de Janaúba, de Nova Porteirinha e a gente viajava. A gente lutava pro preço da água baixar, preço da energia, porque é tudo caro e nisso a gente conheceu muitas pessoas, até gringo a gente conheceu (JOANA, 2016).

Para além de seu caráter político, Joana destaca a dimensão social, pedagógica e simbólica dos movimentos sociais. Após sair do conforto de sua residência e da presença familiar, ela e outros militantes enfrentavam longas viagens até chegarem a cidades muitas vezes desconhecidas, frequentemente com condições climáticas, de hospedagem e locomoção que não correspondiam a suas expectativas. Diante destas incertezas e adversidades, a constituição de novos laços sociais e de reciprocidade se fizeram

importantes para cumprir com os objetivos e pautas que tinham sido previamente estabelecidas, assim como aquisição de novos conhecimentos, identidades e ideologias.

Com o crescimento do número de desapropriados em todo o país nas últimas décadas, o MAB compreende que determinadas lutas e reivindicações são comuns a todos os atingidos, o que requer uma articulação social e política destes sujeitos em nível nacional. Contudo, mobilizações locais e regionais são empreendidas de acordo com a realidade que cada grupo social vivencia. Apesar de erguer a mesma bandeira e gritar o mesmo lema, deve ser elucidada a heterogeneidade da luta a partir das transformações promovidas pelo avanço do capital em distintos tempos e espaços.

Durante uma reunião, ocorrida em Brasília no ano de 2015, representantes da entidade entregaram um documento à diretoria da Codevasf contendo, entre outras, as seguintes reivindicações (MAB, 2018):

- 1- Reassentamento para cerca de 300 famílias atingidas pelo projeto e já cadastradas junto ao Incra;
- 2- Pagamento do passivo da Codevasf com os atingidos. A Codevasf possui uma dívida social e histórica com as famílias desapropriadas;
- 3- Titulação imediata das terras das famílias desapropriadas do projeto;
- 4- Isenção das tarifas de água para os pequenos produtores e tarifação sobre os médios e grandes produtores;
- 5- Paralisação imediata da pulverização aérea de agrotóxicos dentro do projeto Gorutuba, que vêm causando danos à saúde de toda população residente;
- 6- Criação de uma política de acesso ao crédito para mulheres agricultoras atingidas, para que elas possam ter acesso aos programas já existentes;
- 7- Melhoria das estradas do perímetro e a construção de centros de lazer de uso coletivo para os atingidos.

A partir das reivindicações elencadas pelo MAB-Regional Nova Porteirinha, compreendemos que a luta dos trabalhadores desapropriados não se restringe à posse da terra. A conquista de uma propriedade constitui uma etapa importante e necessária no ressarcimento de direitos sociais de povos que historicamente foram alijados e expulsos do

campo, contudo torna-se inócua e insuficiente quando não se faz acompanhada por políticas públicas que possibilitem aos sujeitos permanecerem na terra com dignidade.

Nas pressões e mobilizações diversas, os atingidos se inserem nas relações de poder e hegemonia com pautas que questionam a lógica da acumulação sem limites e da exploração contínua e predatória do meio ambiente. As reivindicações defendem um modelo de desenvolvimento e sociedade que compreende o acesso e titulação da terra (pautas 1 e 3), ressarcimento de perdas (2), fim da mercantilização da água (4), extinção do uso de agrotóxicos (5), criação de uma política agrícola que valorize a diversidade de gênero no campo (6) e fortalecimento dos laços comunitários (7).

O MAB construiu suas pautas sociais tendo como referência os danos materiais e culturais, individuais e coletivos causados pelas desapropriações, seja no passado, seja no presente. Neste sentido, a memória passa a ser compreendida não apenas como preservação de informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento onde novas cartografias sociais e espaciais são construídas (PORTELLI, 2000: 69).

Apesar de ser planejado por órgãos governamentais dentro de uma lógica capitalista e rentista, o projeto Gorutuba ganha novos traços, sentidos e significados de acordo com as experiências e culturas dos seus moradores/trabalhadores. Edinalza, filha de desapropriados e presidente do MAB-Regional Nova Porteirinha, destaca diversas políticas criadas dentro do perímetro irrigado e, mesmo algumas sendo consideradas paliativas, são vistas como conquistas dentro dos limites impostos pela hegemonia dominante:

Nós tivemos várias conquistas dentro do MAB. Teve a Lei 13.340 que é a lei que a Codevasf perdoava de 50 a 95% das dívidas dos colonos; teve a suspensão do K1<sup>14</sup> por um ano; a criação de hortas comunitárias e de PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) nas comunidades; negociamos com a COPASA para que ela colocasse água da barragem nas comunidades, porque a água que o pessoal estava bebendo era de poço artesiano e era salobra; tivemos o projeto Mova Brasil, porque tem muita gente analfabeta nas comunidades; cobramos e a prefeitura colocou mini-postos de saúde em algumas colonizações, alguns inclusive com dentistas; teve também oficinas de pinturas com alguns jovens. Então algumas de nossas reivindicações foram atendidas, umas pela Codevasf e outras pela prefeitura de Nova Porteirinha. Então cê dá o sangue, cê vai pra luta. Cê acha que essa lei 13.340 foi criada por um

---

<sup>14</sup> O K-1 corresponde à amortização dos investimentos públicos nas obras de infraestrutura de uso comum, calculada anualmente, com base no valor atualizado, por projeto, em moeda local, por hectare de área irrigável do usuário.

acaso? Não foi não. Foi por causa da luta nossa, que nós fomos pra lá, nós tivemos reunião com o presidente da Codevasf em Brasília, nós tivemos reunião com os deputados, fizemos audiência pública em Montes Claros. Foi uma luta que nós vencemos (EDINALZA, 2016).

Entre as demandas, a obtenção da escritura da terra é celebrada com maior entusiasmo devido à noção jurídica burguesa em vigor, incorporada por muitos entrevistados, que atribui a posse da propriedade apenas aqueles que têm o documento. Soma-se a isso o fato de que a titulação permite aos pequenos produtores o acesso a financiamentos para custeio e investimento agrícola, o que se faz importante dentro de perímetros agrícolas que possuem elevados custos para plantar e colher. De acordo com Edinalza, muitos “colonos” quitaram suas dívidas junto à Codevasf e receberam a escritura da terra, contudo não soube informar a quantidade exata.

A narrativa de Edinalza evidencia como, a partir das experiências e lutas coletivas, o espaço é transformado em “chão político” onde a política econômica é dinamizada e materializada de acordo com processos instituídos no social, desconstruindo noções que a colocam como natural. Ao destacar que as conquistas não foram um “acaso”, mas resultado de diálogos, negociações e reivindicações encabeçadas pelo MAB, a entrevistada combate noções corriqueiras que atribuem a determinados agentes e agências governamentais o protagonismo na criação de leis ou medidas que beneficiam os atingidos por barragens. Assim, o Estado, longe de noções que o consideram como todo-poderoso e imparcial, deve ser compreendido “enquanto fruto do conflito e da permanente mediação de forças entre os segmentos sociais organizados a partir da sociedade civil, que se fazem presentes junto à sociedade política” (MENDONÇA, 1999: 08).

Mesmo que as vitórias narradas não provoquem uma “crise de hegemonia” ou coloque os trabalhadores na condição de “classe dirigente”, elas indicam como a participação social organizada resulta em certas vitórias. Ainda que não restituindo, indenizando ou compensando os danos causados aos atingidos, as conquistas, que se fizeram no âmbito jurídico, social e econômico, são importantes para os sujeitos permanecerem no campo ao mesmo tempo que funcionam como combustível para novas lutas em busca de direitos ainda não assegurados.

As respostas às necessidades da comunidade não são dadas imediatamente, muitas vezes são respondidas em longo prazo. As lutas vão se fazendo na tessitura do processo

histórico e, anos depois, os sujeitos podem ser contemplados com uma resposta institucional, mesmo que muitas vezes apareça como um favor ou um benefício. As movimentações dos desapropriados ou de suas entidades representativas indicam como a conquista de direitos é um processo gradativo, moroso e árduo, que só é possível a partir de contínuas resistências, negociações e mobilizações.

### **Considerações finais**

As desapropriações, apesar de causarem diversas perdas materiais e culturais, não apareceram como um ponto final na vida dos sujeitos. Procuramos verificar como eles foram se constituindo em outros espaços, novos sentimentos de identidade e pertencimento, perdas e ganhos culturais, laços sociais erguidos ou desfeitos e a luta pela sobrevivência dentro do campo de possibilidades criado com o desenvolvimento do capitalismo no campo.

As memórias e experiências dos produtores rurais questionam o discurso que se propõe ser único e homogêneo ao mesmo tempo que colocam a história em movimento ao destacar suas lutas e disputas no tempo presente. As contradições envolvendo diferentes setores da sociedade são múltiplas e revelam-se, entre outras maneiras, nas concepções quanto à função da propriedade: enquanto para a burguesia agrária a terra tem sido vista como negócio, para os trabalhadores é interpretada como elemento importante na constituição de relações econômicas, sociais e culturais.

A pesquisa destacou como o espaço gorutubano está em construção e pode ser lido por diversos ângulos, segundo os múltiplos interesses que estão em jogo. As infinitas lutas e embates conferiram e conferem sentidos ao passado e ainda se fazem presentes nas narrativas e experiências de trabalhadores, empresários rurais e agentes governamentais. A complexidade delineada e a necessidade de compreender a dinâmica de constituição da hegemonia colocam os produtores rurais dentro de um movimento de reorganização e negociação de interesses, vivências e posicionamentos de modo que suas atuações manifestam o caráter político de suas ações pela terra e os lugares de cada agente envolvido neste processo. Neste sentido, a terra, como lugar e objeto de disputa, assume diversos sentidos e significados à luz da intencionalidade de cada sujeito envolvido, o que acaba por

produzir um novo cenário não apenas na paisagem geográfica do Vale do Gortuba/Norte de Minas, mas nas experiências sociais que a ela se vinculam.

Os trabalhadores não estavam interessados em quantas toneladas de alimentos eram produzidas ou nas mudanças técnicas em curso na região, mas sim como podiam se inserir, social e economicamente, no propalado projeto de modernização que estava sendo construído. A partir deste desejo, sonhos e anseios passados foram recuperados em outros contextos e dinâmicas, demonstrando como a hegemonia deve ser compreendida como um processo e não simplesmente como dominação.

O sonho de retornar ao campo era comum a todos os desapropriados, contudo tornou-se realidade para uma minoria. Emoções, incertezas, dilemas, esperanças e conflitos são expressões das contradições vividas nas experiências de luta e conquista da terra. Apesar de muitos não terem definitivamente a emissão da posse territorial, o assentamento em colonizações agrícolas significou, de imediato, a possibilidade de ter um local de trabalho e produção.

A incorporação dos produtores rurais nas áreas irrigadas foi realizada de acordo com a lógica capitalista. Isso não significa que suas escolhas e experiências obedeçam a tal racionalidade ou à superação de desejos e costumes antigos. O processo histórico transformou-os em “colonos” de tal modo que, dentro de um campo de possibilidades limitado e de um horizonte social circunscrito, procuraram/procuram criar estratégias, resistências e escolhas voltadas para a reorganização do espaço e criação de políticas econômicas que atendam suas necessidades, concepções de desenvolvimento e de direito.

Existe uma distância entre o planejado pelos órgãos governamentais, a política econômica “vista de cima”, e o vivido pelos sujeitos, a política econômica “vista de baixo”. Dentro desta dialética são construídos múltiplos e contraditórios marcos, sentidos e significados de acordo com os interesses que são instituídos social e historicamente. Compreendemos que as políticas sociais, como assentamento e titulação de terras a alguns desapropriados, não foram resultado de benevolências ou concessões de órgãos governamentais, o que expressaria uma visão, combatida ao longo do texto, de centralizar a luta de classes apenas no Estado, em seu sentido restrito, ou nos seus agentes e agências.

Sendo a história um processo em andamento, novas cartografias sociais e espaciais estão sendo construídas e disputadas no Vale do Gortuba, dentro de um processo contínuo

e dinâmico. Os sujeitos reclamam o direito de viver na terra não apenas para produzir, mas também para prostrar, festejar, rezar, brincar e socializar. Assim, reforçamos que a diferença entre terra de negócio e terra de trabalho não é apenas nominal, mas é essencial para o debate quanto ao futuro do meio ambiente e da sociedade.

A conquista da terra é vivida como esperança, não é uma conquista plena, pois em diversos momentos os entrevistados destacam seus anseios e expectativas. Neste sentido, a hegemonia, como processo em andamento, mostra-se aberta a contestações e reelaborações a partir das experiências, trajetórias e culturas dos grupos sociais subalternos.

### Referências

CODEVASF. 1ª Diretoria Regional (DR). *13 anos: 1977-1990. Integração ao desenvolvimento do Vale do São Francisco*. Gestão Roberto Mauro Amaral. Montes Claros, MG: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, 1990.

CODEVASF. *Autorização de Ocupação*, 1986.

CODEVASF. *Informações gerais sobre o perímetro de irrigação do Vale do Gorutuba*. Pessoal, desapropriações, estágio das obras da barragem e setor de irrigação. Montes Claros, MG: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, 1977.

CODEVASF. *Projeto de Irrigação do Vale do Gorutuba*. Montes Claros: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, 1978.

DAYRELL, Carlos Alberto. *Meio Ambiente e Desenvolvimento no Norte de Minas*. (Mimeografado). Montes Claros: Grupo de Estudos Ambientais, 1989. 33 fls.

DIAS, Lucimar Sales; LEITE, Marcos Esdras; ROCHA, André Medeiros. Análise da ocupação no entorno da Barragem Bico da Pedra, no município de Janaúba/MG. *Revista Cadernos de Geografia*, Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, v. 25, n. 44, p. 221-236, 2015.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.v.1.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho (et al.), coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.3.

LIGUORI, Guido. Estado. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. 1ª ed. São Paulo: BoiTempo, 2017.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Economia e política no Brasil: uma reflexão. In: II JORNADAS DE HISTORIAECONOMICA, MONTEVIDEO. *Anais...* Montevideo: AsociaciónUruguaya de HistoriaEconomica, 1999. (CD ROM).

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, 1996.

MOURA, Auricharme Cardoso de. *Política Desenvolvimentista e Mundo dos Trabalhadores: hegemonia e contra-hegemonia às margens do rio Gorutuba-MG (1950-2016)*. 354 fls. Tese (Doutorado em História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

PEREIRA, Laurindo Mekie. *Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro*. 242 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Revista Tempo*, Niterói, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: FioCruz/Fundação Getúlio Vargas, 2000.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. Implantação de grandes hidrelétricas: estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas. *Revista Travessia*, [S.l.], n. 6, jan.-abr. 1990.

VIEIRA, Maria das Graças. *Avaliação socioeconômica e ambiental do perímetro irrigado do Gorutuba- MG e o desenvolvimento regional*. 86f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia-UFU. Uberlândia, 2003.

## **Entrevistas**

Delci

Edinalza

Joana

Juvência

Odilon

### **Jornais e Revistas**

BICO DA PEDRA, um sonho realizado. *Revista Montes Claros em foco*. Montes Claros, abr. 1979.

CODEVASF pode dar terras para expropriados. *O Gorutuba*, Janaúba, 17 fev. 1985.

DEPARTAMENTO Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS faz esclarecimentos a respeito da desapropriação da área da bacia hidráulica do açude público Bico da Pedra. *O Gorutuba*, Janaúba, 16 jan. 1977.

DESAPROPRIAÇÃO na margem esquerda do Gorutuba. *O Gorutuba*, Janaúba, 26 abr. 1981.

DIA Nacional do Colono foi comemorado em Janaúba. *O Gorutuba*, Janaúba, 26 jun. 1983.

MELHORES Produtores recebem prêmio. *O Gorutuba*, Janaúba, 11 jul. 1982.

I CONCURSO Família Modelo em Janaúba. *O Gorutuba*, Janaúba, 26 jun. 1983.

SINDICATO resiste à irrigação da Margem Esquerda. *O Gorutuba*, Janaúba 19 ago. 1984.

### **Endereços eletrônicos**

BRASIL. *Decreto nº 71.179, de 29 de setembro de 1972*. Declara de utilidade pública e interesse social áreas de Janaúba e Porteirinha. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-71179-29-setembro-1972-419849-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 13 agosto 2017.

BRASIL. *Regulamenta a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979*. Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D89496.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D89496.htm)> Acesso em: 14 maio 2018.

BRASIL. *Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984*. Regulamenta a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D89496.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D89496.htm)> Acesso em: 14 maio 2018.

BRASNICA. *História*. Disponível em <<http://www.brasnica.com.br/a-historia>>. Acesso em: 3 fevereiro 2018.

FETAEMG. *Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.fetaemg.org.br/site/>> Acesso: 23 novembro 2017.

AURICHARME CARDOSO DE MOURA

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. *Em Brasília, MAB se reúne com Codevasf por direitos.* Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/noticia/em-brasilia-mab-se-re-ne-com-codevasf-por-direitos>> Acesso em: 25 julho 2018.

**Recebido em:** 04 de abril de 2019  
**Aceito em:** 10 de setembro de 2019